

Saúde & Trabalho **Mata Mosquitos**

Estudo do Impacto à Saúde de Agentes de Combate às Endemias - RJ

Ano IV . 04 . Agosto/2021

Projeto realiza devolutiva aos trabalhadores de endemias

Os resultados do questionário *on-line*, respondido remotamente pelos ACE, foram apresentados aos trabalhadores numa *live* em 11/05/2021 e no 'Encontros do Cesteh', em 11/06/2021.

A exposição crônica a agrotóxicos é o principal agravo a saúde desses trabalhadores. De acordo com dados obtidos nos questionários, 61% dos ACE trabalham manipulando/aplicando agrotóxicos, 47% mencionaram que não tinham EPI disponível para trabalhar e 53% não receberam treinamento. A média de trabalho em contato direto com esses produtos foi de 16 anos (variando de 1 a ≥ 35 anos).

Os dados sinalizaram as nocividades dos agrotóxicos utilizados ao longo do tempo e alertam para os perigos da sua utilização à saúde e ao ambiente. Os novos produtos contendo ingredientes ativos de agrotóxicos (clotianidina, deltametrina, imidacloprido - já banidos em outros países -, praletrina, espinosade) introduzidos durante a pandemia nas ações de "combate" vetorial, também geram preocupação. Espinosade e imidacloprido apresentam elevada toxicidade para o ecossistema. A literatura mostra efeitos, para seres humanos, como irritação ocular e dérmica, alterações hematológicas, alterações hepáticas, alterações na tireoide, processos inflamatórios, neurotoxicidade e carcinogenicidade associados aos novos agrotóxicos introduzidos.

Essas questões corroboram os resultados obtidos das amostras de declarações de óbitos dos trabalhadores. Verificou-se que 71% das mortes entre os trabalhadores ocorreram em idade produtiva (40-59 anos), com média de idade de 54 anos. As principais causas de morte foram as doenças do aparelho circulatório (39%) e câncer (15%). Até 2010, eram menos de 5 óbitos por ano e o número de mortes aumentou progressivamente para cerca de 40 óbitos anuais a partir de 2015 (para mais informações acesse os boletins anteriores pelo link: <http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/boletins-informativos-do-projeto-guardas-de-endemias>).

A análise do questionário identificou a frequência de 43% de sintomas indicativos de transtornos mentais comuns entre os ACE. Estes resultados foram associados com algumas atividades do processo de trabalho, principalmente aquelas envolvendo contato, manipulação ou aplicação de agrotóxicos, como o uso da malatona na última década (2010-2020).

Apesar da malatona estar sendo substituída devido resistência dos mosquitos e não pela sua carcinogenicidade, ainda é utilizada e armazenada em alguns municípios. Trabalhadores relataram que há malatona vencida armazenada em pontos de apoio aguardando retirada há 2 anos, havendo vazamento, evaporação e contaminação no ambiente.

A alteração do sono foi a principal queixa relatada pelos trabalhadores. De forma geral, as mulheres apresentaram uma menor qualidade e duração do sono, provavelmente pela dupla/tripla jornadas de trabalho. Estas questões e, ainda, a dificuldade e resistência dos homens em procurar o apoio dos serviços de saúde, ajudam a explicar o maior uso e frequência de medicamentos para dormir entre as mulheres.

Em relação à saúde desta categoria profissional, 78% referiram possuir doença diagnosticada, sendo as mais frequentes: hipertensão (49%), diabetes (22%), problemas respiratórios (22%) e disfunções hepáticas e renais (17%). Essas doenças podem ser um agravante para covid-19, tendo em vista que os trabalhadores, em sua maioria (31%), permaneceram em trabalho presencial e em tempo integral no período em que

foram iniciadas medidas de isolamento e distanciamento físico/social no Brasil.

No período da coleta dos dados, observou-se um aumento de trabalhadores em trabalho presencial e horário integral (totalizando 53%), 29% em escala e / ou horário alternado e apenas 2% relataram estar trabalhando em casa.

No processo de diálogo, após a apresentação da devolutiva dos dados, os trabalhadores pontuaram sobre as perdas que tiveram na categoria devido ao processo de trabalho, sobre a possibilidade das roupas de trabalho representarem risco de contaminação para seus filhos e problemas de saúde mental na categoria. Foi levantada a preocupação com a obrigação de retorno ao trabalho presencial antes da vacinação completa contra a covid-19, uma vez que a exposição da categoria compromete o sistema imune.

O projeto busca fortalecer a luta dos trabalhadores pela saúde, contribuindo na identificação das nocividades e para a transformação do processo de trabalho. Destaca-se o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras e por isso a importância de responder ao questionário (link para ACE ativos e aposentados na figura) e participar no curso de formação!



Olá, ACE!

Você, que acompanha ou quer conhecer o Projeto Integrador Multicêntrico "Estudo do impacto à saúde de Agentes de Combate às Endemias/Guardas de Endemias pela exposição a agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro", está convidado a participar da apresentação dos resultados do questionário on-line Agente de Combate às Endemias: relação entre saúde e trabalho no contexto de pandemia. Até lá!

11 de maio, às 14h

Participe e conheça mais desse projeto do Cesteh/ENSP/Fiocruz e demais instituições colaboradoras.

Se voce não respondeu ao questionário, ainda dá tempo, pois estamos na segunda fase da coleta!

Questionário para os ACE em
EXERCÍCIO:

<https://forms.gle/q84FATB61V9wXRkK8>

Questionário para os ACE
APOSENTADOS:

<https://forms.gle/ghES6ihFRA5e1hxt8>

É NECESSÁRIO CONSTRUIR COLETIVAMENTE MUDANÇAS NO PROCESSO DE TRABALHO

Combate ou Controle?

O uso dos termos “combate” ou “controle” para se referir às atividades desempenhadas pelos ACE em relação aos vetores pode, num primeiro momento, parecer apenas um detalhe. Porém, a ideia por trás da palavra “combate” reforça uma estrutura que, ao longo das décadas explorou e adoeceu a categoria. Assim, propomos uma forma de utilização dessas palavras que ajude a explicitar as diferenças entre a estratégia de “combate” vetorial que é implementada até o momento e a estratégia de “controle” necessária para construir um futuro que não resulte em adoecimento para os trabalhadores, a população e o ambiente.

O termo “combate” remete a uma guerra contra os vetores. Essa visão reducionista foi justamente a que balizou as estratégias vetoriais desde seus primórdios, nas quais o objetivo era eliminar o “inimigo”, usando os agrotóxicos como principal arma. O termo é bastante oportuno, porque, assim como os soldados numa guerra, os ACE adoecem e perdem suas vidas numa “batalha” contra os vetores, que tem se provado ineficaz e obsoleta ao longo do tempo.

Em oposição, a palavra “controle” traz a ideia de domínio ou capacidade de agir empregando uma estratégia que visa encontrar uma forma sustentável de conviver com as doenças. Não necessariamente eliminando todos os vetores, mas mantendo-os em níveis que não gerem risco

para a população, com emprego de técnicas seguras para a saúde humana e o ambiente, principalmente para os trabalhadores envolvidos nessas atividades.

Dessa forma, usar a palavra “controle” para o que foi e continua sendo realizado pelos ACE acaba passando uma noção de que tem sido uma estratégia bem-sucedida e planejada, dando uma falsa ideia de segurança nessas ações. Como já demonstrado, as atividades de “combate” às endemias atuais, que são fortemente dependentes de agrotóxicos, representam grave perigo aos ACE, à população e ao ambiente, e deveriam ser substituídas por alternativas mais sustentáveis, sem o uso massivo de venenos.

É necessário chamar as práticas adotadas pelo que realmente são, um “combate”, no qual, entre as inúmeras vítimas, destacam-se os ACE. Devemos reservar o uso do termo “controle” para nos referirmos às práticas sustentáveis e seguras que desejamos ver serem utilizadas nas ações vetoriais do país. Processo esse que exige uma construção coletiva, com protagonismo dos trabalhadores. Apropriar-se do termo é mais um elemento que se soma na histórica luta da categoria para a implementação das mudanças necessárias no processo de trabalho, para garantir um “controle” vetorial eficaz e seguro para todos.

Saúde não se vende, não se delega. Saúde se defende.

Curso de Formação de ACE no Cesteh/ENSP/Fiocruz

O “Programa de Formação em Saúde, Trabalho e Ambiente para Agentes de Combate às Endemias/Guardas Endemias” (PFSTA/ACE), ofertado em sua primeira edição, tem por objetivo trazer a reflexão sobre o processo de trabalho dos ACE, exposição e efeitos à saúde. Serão discutidas mudanças nesse processo de trabalho, apresentando elementos teóricos e da prática de Saúde do Trabalhador e Ambiental, pensando em alternativas construídas coletivamente, para o enfrentamento de arboviroses, em articulação com a comunidade e sindicatos. O programa inicia em agosto/21 e vai até dezembro/21, com aulas virtuais quinzenais, nas tardes de quintas-feiras, com carga horária de 30 horas e emissão de declaração para os participantes. Os temas das aulas foram construídos em conjunto com os trabalhadores e trabalhadoras. O link para acessar a notícia com mais informações sobre o curso e a inscrição é:

<http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/noticias/inscricoes-abertas-para-o-programa-de-formacao-em-saude-trabalho-e-ambiente-para-agentes-de>



Produções

Saúde do Trabalhador em
TEMPOS DE DESONSTRAÇÃO:
CAMINHOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EXPOSTOS
A AGROTÓXICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
RELAÇÃO ENTRE SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE



Foram construídas produções científicas a partir das discussões coletivas, dos dados levantados pelo projeto e dos resultados obtidos do questionário *on-line* “Agentes de Combate às Endemias/Guardas de Endemias: relação entre saúde e trabalho no contexto da pandemia de covid-19”.

Foram escritos coletivamente 3 capítulos de livros: “Agentes de combate às Endemias expostos a agrotóxicos no estado do Rio de Janeiro: relação entre Saúde, Trabalho e Ambiente”, “Agentes de Combate às Endemias: uma população em risco no enfrentamento da covid-19” e “Adoecimento e mortes de Agentes de Combate às Endemias (ACE) no estado do RJ expostos a agrotóxicos: crítica ao processo de trabalho e construção coletiva de estratégias de enfrentamento”. Todas essas produções tiveram o objetivo de dar maior visibilidade às condições de saúde e processo de trabalho dos ACE.

Foi submetido resumo ao 11º Congresso Brasileiro de Epidemiologia (EPI 2021), sendo os primeiros autores os ACE representantes da categoria e participantes do projeto. Foram aprovados resumos para o 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde; II Encontro Estadual de Saúde Coletiva de Mato Grosso; Congresso Internacional de Epidemiologia em Saúde Ocupacional (28th International Symposium on Epidemiology in Occupational Health /EPICOH). Além disso, os trabalhadores participaram da banca da defesa de mestrado intitulada “Estudo dos Transtornos Mentais Comuns em um grupo de Agentes de Combate às Endemias do estado do Rio de Janeiro expostos a agrotóxicos”.

